

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 2.548, DE 2003

Cria e transforma no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, os cargos que menciona e dá outras providências.

**Autor:** TRIBUNAL SUPERIOR DO  
TRABALHO

**Relator:** Deputado MENDES RIBEIRO  
FILHO

### I - RELATÓRIO

A proposição em epígrafe cria 754 cargos efetivos e 650 cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Transforma ainda 317 funções comissionadas naquele tribunal, mediante a elevação de seus respectivos níveis.

O projeto dispõe, finalmente, que as despesas decorrentes de sua aplicação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região no Orçamento Geral da União.

Como justificativa, o Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho aponta o aumento das ações ajuizadas no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e a conseqüente elevação do volume de serviços e de responsabilidades de seus servidores. Esse quadro, aliado à necessidade de propiciar maior funcionalidade e dinâmica às unidades administrativas daquela corte, faria indispensável adaptar a estrutura

organizacional do TRT da 4ª Região para ali assegurar a celeridade na entrega da prestação jurisdicional.

O projeto recebeu parecer pela aprovação na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. A Comissão de Finanças e Tributação, a seu turno, manifestou-se pela adequação orçamentária e financeira do projeto, com emenda de adequação que parcela sua implementação em quatro exercícios.

Em cumprimento ao art. 88 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 11.178, de 20 de setembro de 2005), o Conselho Nacional de Justiça manifestou-se favoravelmente à aprovação integral do projeto em exame.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, a, do Regimento Interno, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa da União, visto que a esta cabe legislar sobre seus próprios serviços. É atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48), mediante iniciativa legislativa concorrente (CF, art. 61, *caput*).

Com respeito à constitucionalidade material, ressalvamos a necessidade de adequação do projeto ao requisito da existência de prévia dotação orçamentária (CF, art. 169, § 1º, I), pelo que adotamos a emenda oferecida pela Comissão de Finanças e Tributação que divide a implementação do projeto em quatro exercícios. No mais, não se configuram outras violações a princípios ou normas de ordem material na Constituição de 1988. Segundo se vê da justificação, o projeto dá consequência ao inciso LXXVIII do art. 5º da Lei Maior, contribuindo para a celeridade na atuação da Justiça do Trabalho da 4ª Região e merecendo, portanto, a aprovação deste colegiado.

Nada tendo a opor quanto à juridicidade e à técnica legislativa da proposição, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 2.548, de 2003, com a emenda apresentada pela Comissão de Finanças e Tributação.

Sala da Comissão, em 1º de agosto de 2006.

Deputado MENDES RIBEIRO FILHO  
Relator